

Universidades Lusíada

Aparício, Rafael Silva, 1997-

**Diálogo entre a permanência e a transformação :
intervir na pré-existência**

<http://hdl.handle.net/11067/6457>

<https://doi.org/10.34628/hvxw-j448>

Metadados

Data de Publicação

2022

Resumo

Uma vez que a sociedade contemporânea vem progressivamente a ajustar os seus interesses e a mudar os seus guiões na procura de um sentido de existência, baseado exclusivamente na inovação e no progresso tecnológico, em que as partes estruturantes da memória são influenciadas pela progressiva alteração e transformação dos sistemas referenciais de espaço/tempo, em prol de uma satisfação assente apenas no valor da novidade. Este assume-se como o primeiro rastilho que envolve a problemática deste est...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T04:56:24Z com informação proveniente do Repositório

***DIÁLOGO ENTRE A PERMANÊNCIA
E A TRANSFORMAÇÃO:
INTERVIR NA PRÉ-EXISTÊNCIA***

***DIALOGUE BETWEEN PERMANENCE AND
TRANSFORMATION:
INTERVENTION IN THE PRE-EXISTENCE***

Rafael Silva Aparício
DOI: <https://doi.org/10.34628/hvwxw-j448>

Resumo: Uma vez que a sociedade contemporânea vem progressivamente a ajustar os seus interesses e a mudar os seus guiões na procura de um sentido de existência, baseado exclusivamente na inovação e no progresso tecnológico, em que as partes estruturantes da memória são influenciadas pela progressiva alteração e transformação dos sistemas referenciais de espaço/tempo, em prol de uma satisfação assente apenas no valor da novidade. Este assume-se como o primeiro rastilho que envolve a problemática deste estudo, e nele podemos constatar que esta atual tendência, centrada apenas no futuro é, conseqüentemente, inimiga do passado, que se tenta esquecer a todo o custo. Esta visão configura uma grave crise social e identitária, que se alastra inevitavelmente à arquitectura e ao seu “modus operandi”. Neste sentido podemos concluir que a memória, individual e colectiva, é uma garantia da identidade de um lugar e permite acompanhar a evolução da arquitectura no tempo e no espaço. Assim, toda a pré-existência que detenha princípios identitários de valor constitui-se como parte integrante da nossa história, quer seja universal, nacional ou regional, e é essa identidade que nos faz ter um sentimento de pertença a um determinado lugar, é uma memória que nos acompanha, e permite distinguir-nos das outras culturas e civilizações.

“A arquitectura é a arte de nos reconciliar com o mundo”, criando metáforas que concretizem e estructurem a nossa existência, e como tal, manter vivos essas memórias, ruínas e fragmentos de arquitectura, é um tema que tem apaixonado sucessivas gerações de arquitectos e servindo de temática a variadas reflexões expressas em tratados, teorias, ensaios, a cargo de vários pensadores e arquitectos ao longo da história. Identificando-se a importância da arquitectura na leitura, abordagem e interpretação em espaços a intervir, tendo em conta o respeito e valorização do seu legado (histórico, cultural e social) enquanto memória afetiva do passado, conferindo ao arquitecto a responsabilidade de garantir uma harmonia na materialização das ideias e no modo de intervir, desempenhando um papel determinante na procura de soluções que melhor tenham capacidade de conjugar as necessidades programáticas e funcionais com os processos de intervenção e manutenção do legado histórico.

Abstract: Contemporary society is progressively adjusting its interests and changing its scripts in the search for a meaning of existence, based exclusively on innovation and technological progress, in which the structuring parts of the memory are influenced by the progressive alteration and transformation of space/time referential systems, in favor of a satisfaction based only on the value of novelty. This is assumed as the first fuse that involves the problem of this study, and in it we can see that this current trend, focused only on the future is, consequently, the enemy of the past, which we try to forget at all costs. This vision configures a serious social and identity crisis, which inevitably spreads to architecture and its “modus operandi”. In this sense, we can conclude that memory, individual and collective, is a guarantee of the identity of a place and allows us to follow the evolution of architecture in time and space. Therefore, any pre-existence that holds identity principles of value constitutes an integral part of our history, whether universal, national or regional, and it is this identity that makes us have a feeling of belonging to a certain place, it is a memory that accompanies us, and allows us to distinguish ourselves from other cultures and civilizations.

“Architecture is the art of reconciling ourselves with the world”, creating metaphors that materialize and structure our existence, and as such, keeping these memories, ruins and fragments of architecture alive, is a theme that has been passionate about successive generations of architects and serving as the theme for various reflections expressed in treatises, theories, essays, by various thinkers and architects throughout history. Identifying the importance of architecture in the reading, approach and interpretation in spaces to be intervened, taking into account the respect and appreciation of its legacy (historical, cultural and social) as an affective memory of the past, giving the architect the responsibility to guarantee a harmony in the materialization of ideas and in the way of intervening, playing a decisive role in the search for solutions that are better able to combine programmatic and functional needs with the processes of intervention and maintenance of the historical legacy.



Figura 1 - Pormenor da pousada Flor da Rosa no Crato

Assumindo-se a temática da pré-existência como o testemunho da memória e da identidade, que nos permite comportar um sentimento de pertença a um determinado lugar, e conhecer nas diversas civilizações as diferentes tradições, ritos, crenças, experiências e manifestações culturais que tanto as evidenciam e ou caracterizam. Assim sendo, a condição de ruína assume-se como a matéria preponderante no entendimento e compreensão do passado, expondo algumas das suas memórias, no corpo da sua arquitectura. Este objecto de estudo pretende evocar uma atitude interventiva e sustentada nessas valorosas

edificações, possibilitando deste modo uma transmissão desse conhecimento e legado patrimonial às futuras gerações, evitando assim o seu esquecimento. A postura interventiva que aqui se defende, propõe-se, a encarar o passado da pré-existência, patente nas suas memórias e marcas temporais, não como um fim de ciclo, mas sim como uma oportunidade de sequência e continuidade. Assumindo-se como uma herança do passado, essa arruinada edificação não deve ser encarada como um pressuposto de verdade dogmática e imutável, a qual não só deve ser respeitada, mas também questionada e reinterpretada, quando necessário, na procura de soluções válidas para as suas lacunas, assumindo-se como um pretexto de reflexão entre a permanência e a transformação. Seguindo o entendimento, de que não devemos renegar o novo por ser novo, uma vez que equivale a sacralizar o passado e negar à contemporaneidade sua própria história, a intervenção arquitectónica na sua proposição contemporânea, deve ser capaz de coexistir e dialogar com as diversas camadas temporais, que caracterizaram o “*locus*” onde esta se insere de maneira a não cair em nostalgias do passado ou em soluções simplistas e desinteressadas sem significado, sendo valorizada como uma afirmação que permita conciliar histórica e a estética do presente, enriquecendo artisticamente a experiência da paisagem. Defendendo o mesmo, Álvaro Siza refere: “Um sítio vale pelo que é, e pelo que pode ou deseja ser – coisas talvez opostas, mas nunca sem relação”.

Seguindo este princípio, optou-se primeiramente, por percorrer um caminho com um sentido de exposição e organização mais abrangente, com o objectivo de procurar as bases para uma intervenção integrada e sustentada, sendo para tal necessária uma atitude de análise e compreensão dos conceitos de memória, identidade, evolução, composição e crescimento das cidades e a ação do tempo e da natureza nas edificações, para se compreender de que maneira estas reflexões convergem para o “particular”, a pré-existência, questionando o porquê de atingir ou não a condição de ruína, com ou sem a manutenção do seu valor estético. É apenas uma questão de tempo até que eventualmente um edifício acabe por ceder perante a Natureza, existindo temporariamente um balanço entre a matéria e a resistência da criação humana. Quando um edifício adquire a condição de ruína, a estereotomia imposta pelo seu criador acaba por se desintegrar, apoderando-se dela a natureza,

que lhe concede um novo motivo e a torna num novo lugar de vida de onde a anterior já desapareceu, adquirindo uma forma presente da vida passada. De que maneira estes vestígios do passado, que vão resistindo à ocupação da natureza e à passagem do tempo, podem ser vistos como matéria para uma nova construção arquitectónica? E o que poderá valorizar a sua identidade, a sua memória, a sua história e a sua arquitetura? Estas são algumas das perguntas para as quais procuramos resposta, ao encontrarmo-nos diante de uma pré-existência, e cabe aos intervenientes analisá-las para garantir que sejam respeitados todos estes valiosos elementos e permitir a integração de uma nova afirmação arquitectónica que proponha uma união entre os tempos passados e a experiência do presente e se traduza num diálogo situado entre a permanência e a transformação.

Uma vez que a cultura avança de mãos dadas com o conhecimento, assume-se, então, a temática da pré-existência como um método de aprendizagem, no sentido em que é através dela que podemos debruçar-nos sobre a história e cultivar os nossos conhecimentos sobre o passado arquitectónico, tornando assim possível a transmissão dessas riquezas às futuras gerações. Como tal os arquitectos mais eruditos, procuraram sempre aprender com os feitos arquitectónicos do passado e de que maneira estes contribuíram para que a arquitectura fosse encarada como uma profissão, que, para além da estética, teria de responder às necessidades dos seus ocupantes.

É importante salientar que o interesse em valorizar e preservar as memórias surge na Europa Ocidental a partir do final do século XV, com o rememorar e reavivar da cultura e pensamento Greco-Romanos. Até então o prestígio e esplendor destes vestígios - designadamente as ruínas - eram vistos como relíquias de uma civilização há muito desaparecida, evidenciando as constantes e avassaladoras mutações da passagem do tempo. Com a descoberta do tratado de Vitruvius intensifica-se a importância de se aprender com os exemplos do passado. Aprender com a história da arquitectura é assim um importante caminho a seguir, visto que revisitando o passado permite reconhecermo-nos no presente e assim projetarmo-nos no futuro. O que nos ensinam, então, as ruínas do passado?



Figura 2 - Composição figurativa das ruínas Romanas

As pré-existências que renegam à efemeridade comportam um valor histórico, cultural e social e, tendo em conta a sua localização, assumem uma continuidade na medida em que perpetuam a sua identidade patrimonial, quer em espaço urbano quer em espaço rural. Esta tomada de consciência sobre a importância da análise directa das arquitecturas do passado corresponde ao início de atitudes e movimentos que visavam a preservação patrimonial, conscientes da necessidade de se conservarem as referidas obras, acentuou-se a problemática em torno da legitimidade de se intervir, ou não, nas edificações do passado e de que modo, essa intervenção iria pôr em causa a integridade das mesmas. A questão de intervir na ruína originou diversas posições, muitas vezes contraditórias: as que lhe ditavam um fim de ciclo, quando já não haveria hipótese alguma de a preservar, renunciando a qualquer tentativa de restauro indicando que a sua última hora inevitavelmente soará, mas que soe o mais aberta e francamente, e que nenhuma

desonrosa e falsa alteração a prive das honras fúnebres da memória; num sentido completamente contrário surgiam também as teorias que defendiam a sua parcial ou total recuperação, em que no caso de ser necessária a intervenção, o melhor seria colocarmo-nos no lugar do arquitecto primitivo e presumir a sua abordagem, se, voltando a este mundo, lhe apresentassem os programas que a nós nos propuseram.

Desta problemática destaca-se o aguerrido conflito que marca o século XIX, decorrente das duas correntes antagónicas ligadas à atuação em edifícios de valor histórico. Por um lado a doutrina anti-intervencionista, liderada por John Ruskin, defendendo a manutenção da traça original dos monumentos e manifestando-se abertamente contra a sua instrumentalização, renunciando à alteração da forma e da materialidade. Por outro lado a doutrina Intervencionista, protagonizada por Viollet-le-Duc, mostrando-se favorável à intervenção, focando-se no conceito de estilo ao propor a recuperação desses edifícios, tendo em conta a compreensão das suas características físicas, da sua linguagem e a relação com um determinado momento histórico, de maneira que se possa reconstruir as partes que já não existem com fidelidade ao contexto da época a que pertence e, com a introdução de novas materialidades que acompanhem a evolução, elaborando uma arquitectura moderna e adequada ao século XIX. É importante ressaltar que apesar de contraditórias, ambas as ideologias possuíam pontos basilares e demonstravam a crescente preocupação pela valorização artística dos monumentos, pelo que, conseqüentemente, ambas as teorias influenciaram diversas gerações de arquitectos que as sucederam, servindo de base a outras teorias, algumas das quais possuíam pontos de equilíbrio e possibilitaram uma comunhão e um diálogo entre ambas as ideologias, destacando-se a posição de Camillo Boito ao instituir a noção de ruptura entre os tempos históricos e os tempos modernos, através de uma diferenciação assumida entre ambos, permitindo o diálogo e a coexistência do antigo com o novo e garantindo que, assim, fosse assegurado o contributo histórico das distintas épocas e a sua respectiva autenticidade. As teorias de Giovannoni, baseadas nas ideias de Camillo Boito, representam as bases da fundação das cartas e recomendações internacionais, originando a Carta de Roma (1931), a Carta de Atenas (1933) e posteriormente a Carte de Veneza (1964).

As teorias de Giovannoni, aliando-se as doutrinas que lhe sucederam, assumiram um papel fundamental na consolidação e criação dos organismos internacionais de salvaguarda do património arquitectónico, tais como a UNESCO, o IBI e o ICOMOS.

Foi devido à urgência na recuperação das cidades destruídas durante a II Guerra Mundial, e em especial dos cenários de destruição de muitos monumentos históricos de relevante valor artístico e cultural, que surge a necessidade de renovação e inovação, face aos princípios de conservação e intervenção mínimos defendidos pela Carta de Atenas. Surge um paradigma de restauro com a introdução de novas materialidades e inovações tecnológicas, com vista a acelerar o ritmo das recuperações urbanas. Esta postura interventiva abriu as portas a um novo debate sobre o restauro arquitectónico, no qual se destaca Roberto Pane que defende uma visão de restauro baseada numa atitude crítica e criativa equidistante entre as dimensões estética e artística. Pane considerava que os conceitos de restauro científico propostos por Giovannoni eram sólidos e equilibrados e partilhava da opinião que os restauros devem evidenciar uma separação entre o antigo e o novo. Contudo, a análise crítica de Pane defende a individualidade subjacente a cada edificação na medida em que o arquitecto deve ser livre de expressar essa personalidade e a sua intervenção constituir um acto criativo.

Cesare Brandi prossegue a ideologia do restauro crítico e defende que a materialidade deve ser preservada enquanto elemento constituinte da sua condição originária de modo a evitar a subversão do tempo histórico e a falsidade histórica e estética, mas permitindo futuras intervenções. Brandi, dá primazia ao valor artístico, primordial em qualquer obra de arte, sem deixar de preservar a idade através da consciência histórica. Apesar de defender uma ideologia convergente com a de Roberto Pane, Brandi encara de maneira mais cautelosa a introdução das práticas modernas na disciplina do restauro. Ignasi de Solà-Morales associa o conceito de intervenção arquitectónica aos projectos que tenham por base qualquer acção que envolva a reutilização de uma pré-existência: conservação e restauro; reabilitação; ou reconversão. Qualquer adição deve integrar-se na envolvente e facilitar uma

leitura contínua entre ambas as partes, criando harmonia e unidade. No entender de Morales, cada intervenção deriva de uma interpretação subjectiva do arquitecto que lhe confere uma individualidade no repensar da história. Solà-Morales refere que é a partir dos anos 60 do século XX, que se passa a impor e a verificar uma relação entre a arquitectura do passado e a sensibilidade contemporânea, potencializando uma convivência entre a permanência e a transformação. Sendo para tal necessário passar de uma atitude evasiva e cada vez mais díspar, própria da proteção e salvaguarda, para uma atitude de intervenção projectual que integre a possibilidade de transformação.

Morales destaca os projectos de Grassi como um exemplo dessa relação entre o passado e o presente, pois a sua postura interventiva ligada a uma lógica de concepção e organização espacial estabelece uma analogia entre a pré-existência e a nova arquitectura, evidenciando a conciliação entre a memória e a inovação. Esta aceitação entre velho e novo é o culminar das diversas teorias e ideologias restauradoras derivadas do apaziguar entre as opostas doutrinas de Ruskin e Le-Duc. Deste modo intervir no construído permite estabelecer um diálogo entre o passado e o presente, uma vez que a recuperação e a criação devem ser vistas como complemento e não como ruptura. Possibilitar uma comunhão entre as distintas épocas, promove uma atitude de equilíbrio e resiliência ao edificado e permite-nos visitar o passado, reconhecermo-nos no presente e, assim, constituir as bases para melhor nos projetarmos no futuro.

Finalmente centra-se a nossa atenção para a atuação do arquitecto nas pré-existências, visto que é na prática que se torna possível testemunhar a comunhão entre o homem, a memória e a inovação. No sentido em que as ruínas representam para o arquitecto, na sua forma original e enigmática a síntese artística mais imprevisível e sublime que pode resultar da união entre o homem, o tempo e a história. Podemos concluir que as pré-existências, para além do valor e testemunho histórico detêm um valor inegavelmente plástico e, desse modo, concedem motivações ao arquitecto, na procura de lhe dar uma nova vida e muitas vezes um novo motivo. E é na procura de se estabelecer um caminho interventivo sustentado que se centra a análise para quatro

casos de estudo e uma proposta complementar, tais como: o Teatro de Sagunto de Giorgio Grassi e Manuel Portaceli; a casa de Melgaço de Nuno Brandão Costa; a casa em Baião de Eduardo Souto de Moura; a Casa Van Middeltem-Dupont de Álvaro Siza Vieira; e por fim a proposta de reconversão de um antigo lagar numa casa/galeria. Esta última procura demonstrar a interpretação, seguida de um consequente método de atuação assumido pelo autor deste estudo. É de ressaltar que nas intervenções, por mais importante que seja o gesto da nova afirmação arquitectónica, gesto esse que atribui singularidade à obra e à sua consequente experiência, de nada vale se não tiver um motivo, um pensamento e um conceito que o sustentem, uma vez que a arquitectura é feita para ser vivenciada. Nesse sentido, qualquer projeto tem de respeitar estas premissas e ter a capacidade de se adaptar às circunstâncias do tempo e do espaço, tendo em conta as necessidades dos utilizadores. Identificando-se o programa como a busca de respostas para uma determinada necessidade, é determinante reconhecer a legitimidade do pensamento próprio à formulação dessa problemática, no conjunto das orientações que se tomam para dar resposta às necessidades e requisitos funcionais.

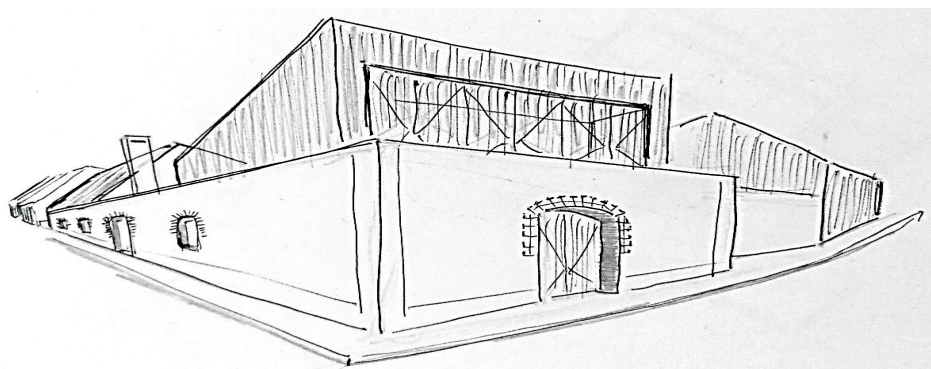


Figura 3 - Esquízo relativo ao diálogo entre permanência e a transformação

Mais que uma representação afetiva de um passado, as pré-existências concedem motivações e referências ao pensamento arquitectónico. Importa ressaltar que numa ação de intervenção em edificado pré-existente, o arquitecto, ao tornar-se o intérprete desse património,

adquire conhecimento sobre a sua génese e composição, e é através dessa investigação que é possível determinar qual o seu valor histórico e artístico, e se realmente existe.

É de salientar que o conhecimento não trata apenas de questões técnicas a partir de ferramentas e qualificações de que o arquitecto dispõe, mas é também uma importante ação crítica multidisciplinar, que apenas dará resultados válidos se os intervenientes tiverem à sua disposição esse conhecimento cultural, artístico e histórico. A História não só enriquece e valoriza a intervenção como também se assume como o elemento transitório entre a permanência e a transformação para uma nova composição arquitectónica. Deste modo ficou claro que não se trata de replicar métodos e padrões das arquitecturas do passado, mas sim apreender e compreender o contexto, de maneira a garantir uma intervenção integrada e justificada, conferindo veracidade à nova concepção. O arquitecto Álvaro Siza Vieira refere que os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a transformação chama-se Arquitectura.

Seguindo este raciocínio, e no sentido de se garantir uma transformação arquitectónica lógica e coesa, valorizando a questão da memória, implica, não apenas um profundo conhecimento histórico, mas também a capacidade de discernir e compreender o fundamental do acessório. É importante assegurar que a transformação ponha particularmente em evidência tanto os aspectos de maior relevância histórica como os necessários. Neste caso, o arquitecto enfrenta um autêntico desafio, já que as diversas condicionantes determinam um método de abordagem mais analítico e meticuloso e implicam o questionamento sobre o que preservar? O que destruir? O que transformar? Para que a sua concepção projectual se adeque às memórias do locus da intervenção e tenha capacidade de responder às expectativas dos seus utilizadores, cumprindo a função a que se destina a edificação. A real importância consiste em assegurar que a emoção, a memória, e a história subsistam no presente, através de um compromisso em prolongar um passado impossível de contornar, devendo para tal ser correctamente interpretado e projectado para o futuro.

